

A I N° - 293259.0401/06-4
AUTUADO - BABY MEL COMERCIAL LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ RAIMUNDO RIBEIRO DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ EUNÁPOLIS
INTERNET - 12. 09. 2006

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0252-04/06

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NA ENTRADA DO TERRITÓRIO DESTE ESTADO. MERCADORIAS PROCEDENTES DE OUTROS ESTADOS. É legal a exigência do ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas para fins de comercialização. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 04/05/2006, para exigir imposto no valor de R\$ 6.559,02 e multa de 50%, relativo à falta de recolhimento do ICMS a título de antecipação parcial, na condição de microempresa, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas para fins de comercialização.

O autuado apresenta defesa, folhas 35 a 37, argumentando que de acordo com a alínea “a”, inciso I, art. 7º da Lei nº 7.357/98, as microempresas cujo faturamento bruto anual não for superior a R\$ 144.000,00 estão dispensadas do pagamento do ICMS. Acrescenta que conforme o inciso I, § 1º do art. 352-A, do RICMS/BA, a antecipação parcial não se aplica às operações internas que sejam acobertadas por isenção.

Segundo o impugnante, a dispensa legal de uma obrigação tributária principal é denominada isenção e ao se interpretar o art. 352-A do RICMS/BA, infere-se que é indevida a antecipação parcial do ICMS pela empresa, uma vez que seu faturamento bruto anual não ultrapassa R\$ 144.000,00, o que a enquadra como isenta da alíquota interna do ICMS. Alega também que a mercadoria permanece no estoque e a cobrança do tributo é inconstitucional, uma vez que fere o art. 155, inciso II, da Constituição de 1988.

Ao final, requer o julgamento improcedente do Auto de Infração e o seu arquivamento.

O autuante presta informação fiscal, página 41, explicando que a empresa a partir de setembro/2005 ficou dispensada do pagamento do ICMS devido por microempresa, em virtude de ter seu faturamento abaixo de R\$ 144.000,00, porém, as mercadorias adquiridas fora do estado não estão isentas. Diz tratar-se de produtos de uso infantil, tais como: berço, vestuário e brinquedos, ou seja, são mercadorias sujeitas ao pagamento do ICMS por antecipação parcial, com o benefício de redução de 50% do imposto devido, tendo em vista que foram adquiridas diretamente de indústrias, estabelecidas em outras unidades da federação, conforme folhas 8/14 e 17/29 do PAF.

Por fim, solicita PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração trata de exigência da antecipação parcial do ICMS nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização.

Em relação à alegação pertinente à inconstitucionalidade da legislação tributária estadual, resalto que tal matéria, de acordo com o artigo 167, I, do RPAF/99, não se inclui na competência deste órgão julgador.

Conforme art. 352-A. Ocorre a antecipação parcial do ICMS nas entradas interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no [inciso IX do art. 61](#), deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.

O contribuinte alega estar isento da antecipação parcial, em virtude de ter sido dispensado do pagamento do ICMS, uma vez que seu faturamento bruto anual não ultrapassa R\$ 144.000,00, entretanto, o argumento defensivo não pode ser acolhido, tendo em vista que o art. 352-A do RICMS/BA, ao conceder o benefício, não dispensou a empresa do cumprimento das disposições relativas à antecipação ou substituição tributária.

Em relação ao cálculo do imposto devido, observo que foi concedido o benefício constante do § 4º do art. 352- A que assim determina: “No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições realizadas por contribuinte inscrito na condição de microempresa, diretamente a estabelecimentos industriais, fica concedida, até 31 de dezembro de 2006, uma redução de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto a recolher, calculado na forma prevista neste artigo”.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **293259.0401/06-4**, lavrado contra **BABY MEL COMERCIAL LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 6.559,02**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42 inciso I, alínea “b”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de julho de 2006.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA